

Velhos trabalhadores do Mercado São Sebastião: Reflexões sobre velhice e trabalho informal

*Sao Sebastiao Market Old Workers: Reflections on
Old Age and Informal Work*

*Viejos trabajadores del Mercado São Sebastião:
Reflexiones sobre vejez y trabajo informal*

Maria Goretti de Almeida Pontes
Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo compreender os significados do trabalho e as condições de vida dos velhos trabalhadores do Mercado São Sebastião, localizado na cidade de Fortaleza, CE, Brasil. A coleta de dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica e de campo, com observação, registro em diário de campo e aplicação de entrevista semiestruturada, tendo abordagem qualitativa e método de análise dialético hermenêutico. Os resultados apontaram que a importância do trabalho para os entrevistados está relacionada à manutenção do seu papel de provedor familiar, ao espaço de socialização proporcionado pelo labor e à garantia de uma renda suficiente para suprir as suas necessidades e as de sua família.

Palavras-chave: Velhice; Trabalho; Trabalho Informal.

ABSTRACT: *This study aimed to understand the meanings of work and living conditions of old workers in São Sebastião Market, located in the city Fortaleza, CE, Brazil. Data collection was conducted through literature and field research, with observation, registering in journal field and the application of semi-structured interview, with qualitative approach and hermeneutic dialectic method of analysis. The results showed that the importance of working for the respondents is related to maintaining their roles as family providers, the space for socialization provided by labor and ensured income that is enough to fulfill their needs and those of their relatives.*

Keywords: *Old Age; Job; Informal Work.*

RESUMEN: *El presente estudio tuvo como objetivo comprender los significados del trabajo y las condiciones de vida de los viejos trabajadores del Mercado São Sebastião, ubicado en la ciudad de Fortaleza, CE, Brasil. La recolección de datos fue realizada a través de investigación bibliográfica y de campo, con observación, registro en diario de campo y aplicación de entrevista semiestructurada, teniendo abordaje cualitativo y método de análisis dialéctico hermenéutico. Los resultados apuntaron que la importancia del trabajo para los entrevistados está relacionada con el mantenimiento de su papel de proveedor familiar, el espacio de socialización proporcionado por la labor y la garantía de una renta suficiente para satisfacer sus necesidades y las de su familia.*

Palabras clave: *Vejez; Trabajo; Trabajo informal.*

Introdução

O capitalismo, a partir da década de 1970, começa a vivenciar uma nova fase com o processo de reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo como estratégias do capital, tendo em vista recuperar a sua hegemonia após a crise vivenciada nesse período. Isso ocasionou severas metamorfoses no mundo do trabalho e nas relações sociais, e o impacto dessas mudanças está explícito nas suas principais

consequências: desemprego estrutural, consumismo avassalador, degradação do meio ambiente, fragilização das relações sociais e flexibilização dos direitos trabalhistas.

Concomitante a esse contexto, presencia-se um crescente envelhecimento da população, com baixos índices de natalidade e maior expectativa de vida. Entretanto, essa maior longevidade, embora seja uma conquista dos novos tempos, não significou uma maior valorização da velhice. Na conjuntura atual, marcada pelos avanços tecnológicos, há uma valorização do novo, do moderno e da juventude em detrimento do velho.

O culto ao corpo jovem e vigoroso, o foco na capacidade de consumir e produzir e as formas tecnológicas de comunicação, atividades e informação acabam por colocar os sujeitos envelhecidos diante de posturas de desvalorização, estereótipos, isolamento social e violação de direitos.

Cabe destacar que, embora os longevos sejam desvalorizados em meio ao contexto capitalista, muitas famílias, diante do crescente desemprego e subemprego, têm como principal fonte de recursos a renda proveniente das aposentadorias, benefícios e trabalho de seus velhos, evidenciando seu papel de provedor familiar e a participação desses na economia de suas cidades.

Tão importante quanto refletir sobre os aspectos objetivos, referentes ao trabalho dos mais envelhecidos, tais como o desemprego dos familiares, a renda insuficiente para manter suas demandas vitais e os novos arranjos familiares, como os lares multigeracionais, é o ato de analisar os fatores subjetivos que permeiam essas questões.

Sendo o cenário capitalista direcionado para o trabalho, a aposentadoria, embora tenha sido objeto das lutas dos trabalhadores e um direito conquistado, é percebida como uma ruptura com parte importante da identidade pessoal dos sujeitos, para a qual não houve preparação, podendo representar um período de perdas simbólicas. Como destaca Nogueira, “a velhice, na lógica capitalista, é associada à improdutividade e colocada à margem da sociedade, refletindo, assim, em diversas perdas simbólicas para os velhos, destacando-se o sentimento de inutilidade, o isolamento social e a baixa autoestima” (2013, p. 222).

Destarte, retornar ou permanecer no mercado de trabalho tem sido uma realidade para muitos longevos, tendo o trabalho informal e precário assumido um lugar de destaque nesse cenário. Assim, este estudo visou compreender os significados atribuídos ao trabalho pelos velhos que exercem no Mercado São Sebastião, com vistas

a refletir sobre suas condições de vida e de trabalho, perceber as motivações que os mantêm na atividade laborativa e identificar o seu papel familiar.

Métodos

O Mercado São Sebastião, campo do presente estudo, é um tradicional mercado popular da cidade Fortaleza, Ceará, inaugurado em 1897, na Praça Carolina, destinando-se, a princípio, à venda de carne fresca. Tendo sua estrutura de ferro, em 1937 o Mercado foi desmontado, sendo, em seguida, instalado em dois locais. Uma parte foi montada na Aldeota e outra no centro da cidade, na Praça Paula Pessoa. (Alencar, & Bezerra, 2014).

Tempos depois, a estrutura localizada na Praça Paula Pessoa ficou pequena para atender a toda a sua demanda, sendo transferida para o bairro Aerolândia, onde permanece até hoje. A estrutura do Mercado foi ampliada e alterada em 1997, sendo construída atualmente por alvenaria. O Mercado São Sebastião divide-se em três setores (A, B e C), com três pavimentos (subsolo, 1º e 2º pisos), separados de acordo com o tipo de produto vendido, tais como: frutas, frios, ovos, carnes, produtos não perecíveis, dentre outros. O Mercado possui ainda uma praça, na qual é possível encontrar farmácia, casa lotérica, lojas de materiais de construção, ferragens, bombonieres, lanchonetes e sorveteria. Além disso, há quatro estacionamentos, sendo dois direcionados para veículos de passeio, um para motocicletas e bicicletas e outro para carga e descarga. (Alencar, & Bezerra, 2014).

Trata-se de um equipamento público municipal, administrado pelo Sindicato do Comércio Varejista de Frutas e Verduras de Fortaleza (SINCOFRUTAS), sendo esse responsável pela manutenção das instalações físicas nas dependências comuns, serviços de limpeza e vigilância interna e externa do Mercado.

O Mercado São Sebastião tem em torno de 450 boxes e o acesso a eles se dá através de licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, sendo o valor pago pelo permissionário ao referido órgão estabelecido de acordo com a metragem do boxe. Embora o acesso ao trabalho no espaço físico do Mercado seja realizado através de licitação, há diversos casos de transferências dos boxes realizadas por permissionários a terceiros.

A escolha do campo de pesquisa em questão se deu por se tratar de um mercado tradicional, no qual se pode observar que muitos trabalhadores estão no local desde a sua criação, o que acaba ocasionando a presença de muitos velhos. Esses realizam trabalhos de vendas que, por vezes, caracteriza-se por uma carga horária mais extensa, sem o auxílio de outras pessoas e de forma autônoma.

Entretanto, nesta pesquisa não foi possível quantificar o número de pessoas com idade acima dos 60 anos que estão presentes hoje no referido Mercado, devido à ausência desses dados na administração do serviço e porque alguns permanecem como donos, cedendo, porém, o boxe para terceiros.

Desse modo, o estudo buscou compreender os significados atribuídos ao trabalho pelos velhos que o realizam no Mercado São Sebastião, apresentando, como objetivos específicos, refletir sobre as condições de vida e de trabalho desses sujeitos, compreender as motivações que os mantêm trabalhando e identificar o lugar atribuído a eles no núcleo familiar.

A amostra foi composta por 10 pessoas com idade superior a 60 anos, dos gêneros masculino e feminino, que desenvolvem trabalho informal no Mercado São Sebastião e que, após conhecer a proposta da pesquisa, aceitaram participar. A escolha ocorreu através de indicação do responsável pela coordenação do referido Mercado, representante do SINCOFRUTAS, e por indicações dos próprios sujeitos participantes.

Inicialmente, os sujeitos foram comunicados sobre os objetivos e métodos para coleta de dados da pesquisa, tendo autonomia para decidir se aceitariam participar dela. Nesse momento, também foram informados que poderiam desistir de participar da pesquisa durante o seu desenvolvimento, sendo solicitado que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com as informações inerentes ao desenvolvimento da pesquisa e seu aceite.

Destaca-se que foi garantido o sigilo da identidade dos participantes e das informações obtidas durante o desenvolvimento da pesquisa, de modo que se possa evitar exposição de conteúdo que os coloque em situação constrangedora. Dessa forma, os nomes atribuídos aos participantes são fictícios e foram suprimidos trechos das falas que pudessem levar à identificação dos mesmos.

A observação direta, com anotações em diário de campo para conhecer o cotidiano desses velhos, foi um dos métodos de coleta de dados, iniciando uma aproximação com participantes da pesquisa, tendo em vista a importância da construção de laços para maior interação entre pesquisado-pesquisador, facilitando o processo de troca de informações.

Foi realizada a pesquisa de campo, na qual foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, buscando apreender questões relacionadas à história de vida, arranjos familiares e às condições socioeconômicas dos entrevistados. Para Manzini (2003), a entrevista semiestruturada corresponde à construção de um roteiro com perguntas básicas que sirvam como base para o entrevistador alcançar o objetivo pretendido durante a interação com o sujeito pesquisado. Nesse modelo, as respostas não estão condicionadas a um padrão e, durante a abordagem, podem surgir outras questões não elaboradas e que são relacionadas à temática.

A pesquisa teve caráter qualitativo, tendo em vista que o objetivo do estudo é analisar os significados do trabalho para os trabalhadores longevos do Mercado São Sebastião, considerando-se as visões dos próprios investigados. A análise dos resultados se deu através do método hermenêutico-dialético que, segundo Minayo (1996), é o método que possibilita uma maior aproximação da realidade, pois analisa as falas dos sujeitos pesquisados, considerando o contexto sócio-histórico em que eles estão inseridos. Por se tratar de uma pesquisa com um pequeno grupo de sujeitos, os seus resultados não podem ser generalizados, porém as reflexões realizadas através desta pesquisa poderão possibilitar a criação de pistas para a compreensão do objeto de estudo.

A reestruturação produtiva do capital e suas implicações para o velho na sociedade contemporânea

A partir da década de 1970, o capitalismo inicia uma nova fase, com a criação de estratégias que são empregadas para retomar a taxa de lucro do capital, dentre elas, a globalização econômica e financeira, a implantação de políticas neoliberais e o advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica (Melo, 2008).

Conforme aponta Melo (2008), a globalização consiste na desregulamentação dos mercados e na livre concorrência entre os países, o que afeta diretamente as economias nacionais, pois há um aumento do consumo de produtos importados, ocasionando desemprego e abertura de postos voltados para a exportação, com mão de obra desqualificada, empregados em tempo parcial e com diminuição dos rendimentos.

A implantação das políticas neoliberais foi outra medida adotada pelo capital, alterando a relação entre Estado e sociedade, tendo como pressupostos a redução da interferência do Estado na economia e nos gastos com políticas sociais.

O projeto neoliberal se expressa na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais, bem como no desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, consubstanciados nos direitos sociais, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais são transformadas em impeditivos para o desenvolvimento e a liquidez financeira do Estado, sendo apontadas como a principal causa de sua crise fiscal (Ceolin, 2014, p. 252).

Em outras palavras, as políticas sociais estão submetidas a um forte processo de desfinanciamento, focalização e transferência para os setores privados, de modo que o Estado se desresponsabiliza pelas demandas sociais, ao passo que prioriza o investimento no mercado.

Com o advento da Terceira Revolução Industrial, diversas são as modificações das relações trabalhistas que, influenciadas pelo desenvolvimento da tecnologia, passam a ter como referência a flexibilidade e o toyotismo, ou seja, um modo de produção mais informatizado, com descentralização da produção. Isso se dá através de terceirizações, contexto no qual o trabalhador passa a ser percebido como um colaborador da empresa, em contraposição à produção fordista, vigente à época, e caracterizada pela produção fragmentada e verticalizada.

Apesar de ainda se encontrar em desenvolvimento nos setores de energia e transporte, a Terceira Revolução Industrial se difunde amplamente no mercado de trabalho, ocasionando investimentos racionalizadores na produção e no emprego. O setor primário deixa de ter participação ocupacional significativa, a indústria reduz expressivamente o número de trabalhadores empregados e o setor de serviços amplia a

participação na estrutura organizacional, porém não aumentam os postos de trabalho, de modo a recompensar a diminuição destes nos outros setores (Pochmann, 2001).

A alta taxa de desemprego atual está vinculada ao processo de globalização financeira e produtiva e à generalização das políticas neoliberais, ocasionando uma ausência de uma coordenação favorável à produção e ao emprego (Pochmann, 2001).

Concomitante a esse processo, tem-se notado uma crescente transformação demográfica no cenário mundial. Entretanto, à medida que a longevidade passa a se tornar uma realidade para muitos, o tornar-se velho assume um caráter cada vez mais negativo. Há uma exaltação da juventude pelos meios de comunicação e serviços destinados aos velhos que produz uma imagem distorcida da velhice.

Debert (2004) aborda a importância dada à idade cronológica em diferentes tipos de sociedade. Nas sociedades pré-modernas, a maturidade estava associada ao poder da família; na sociedade moderna, houve um processo de institucionalização das etapas da vida, no qual cada momento exigia posturas e comportamentos específicos, tendo três momentos específicos: a juventude, fase de adquirir conhecimentos; fase adulta, associada à inserção no mercado de trabalho; e a velhice, período da aposentadoria.

Na sociedade contemporânea, devido aos avanços tecnológicos, houve uma dissociação da idade cronológica com a etapa da vida, de modo que as pessoas passaram a entrar e sair mais cedo do mercado de trabalho e na esfera familiar, desconstruiu-se a “idade certa” para casar, ter filhos, constituir famílias.

Assim, excluem-se as etapas da vida, com comportamentos pré-determinados, e exalta-se a juventude como algo que pode estar presente em todas as etapas da vida: “a juventude perde conexão com um grupo etário específico, deixa de ser um estágio na vida para se transformar em valor” (Debert, 2004, p. 21).

Na busca pela eterna juventude, a velhice passa a ser associada a uma fase de perdas, doenças e decadência, tendo todos os seus aspectos valorativos, como todo o saber adquirido durante a trajetória de vida, desprezados, o que reforça a exclusão e a aversão destinada ao velho, passando esse a ser concebido como um peso para a família e para a sociedade.

Soma-se a isso o fato de que, em uma sociedade que preza a produção, aqueles que chegaram ao período da aposentadoria não se percebem mais úteis para o sistema. Deve-se compreender que a velhice e a aposentadoria são etapas que fazem parte do ciclo de vida, fortemente influenciadas pelas instituições sociais. Assim, cada fase

possui valores e normas pré-estabelecidos socialmente, fazendo com que o modo como os sujeitos se desenvolvem sofra influência dessas normas.

Nesse sentido, a escola se caracteriza como uma das principais instituições responsáveis por transmitir essas normas aos sujeitos. Desde a infância, as pessoas são submetidas à internalização de regras, normas e modos de comportamento impostos pela sociedade. Destarte, em vez de estimular a criatividade e a capacidade crítica, busca-se moldar as pessoas para que elas se encaixem na sociedade (Pacheco, 2006).

Para o modo de produção vigente, não seria interessante a formação de pessoas críticas, que pudessem questionar o sistema; assim, a educação, desde a infância, é uma estratégia eficiente para formar pessoas dóceis, conformadas com a rotina imposta com o início da divisão social do trabalho.

Torna-se evidente que, desde o período inicial de formação, as pessoas estão sendo preparadas para o mercado de trabalho, isso é justificado pela centralidade que o trabalho ocupa na sociedade atual, estando intrinsecamente relacionado à construção da identidade dos sujeitos.

Ao se integrar à sociedade através do trabalho desenvolvido durante o seu período de produção, o sujeito acaba por criar uma identidade vinculada a essa atividade, situação que se fortalece em uma sociedade que tem como prioridade fomentar o desejo pelo aprimoramento profissional.

Na construção da identidade individual, é necessário que haja uma dose de poder e autoafirmação, a fim de que se construa a autoestima. Na sociedade capitalista, a atividade do trabalho é um grande fator identitário e assume este significado de potência, tão importante para o fortalecimento da autoestima. Quando o indivíduo se separa da vida produtiva pela aposentadoria, ou mesmo pelo desemprego, há a dissociação dessa forte referência e, conseqüentemente, uma desorganização de seu poder pessoal (Coutrim, 2010, p. 134).

Nesse contexto, o período da aposentadoria muitas vezes passa a ser visto como um acidente, o qual as pessoas não estão preparadas para vivenciar. Embora tenha sido objeto das lutas dos trabalhadores e almejada por muitos, esse período é marcado pela ruptura que há com a identidade profissional construída ao longo da vida dos sujeitos.

Soma-se a isso a falta de interesse das empresas em preparar seus funcionários através de programas de preparação para a aposentadoria. Essa situação pode provocar um aumento da probabilidade de depressão, pois a aposentadoria consiste em um tempo

de reorganização dos planos, reconstrução de projetos de vida e reconfiguração da identidade.

Além disso, devemos considerar que, nesse contexto, a família, enquanto instituição, passou por uma série de transformações, caracterizando-se, principalmente, pela sua heterogeneidade (Medeiros, 2006). Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a criação de métodos anticoncepcionais, a fragilização dos laços afetivos, dentre outros fatores, ocorreu um processo de enxugamento das famílias.

Essas famílias, inseridas em um contexto marcado pelo desemprego estrutural, acabam ficando mais propícias a formar arranjos domiciliares multigeracionais, ou seja, os filhos passam a residir por mais tempo com as pessoas envelhecidas e, nessas situações, a renda do velho se torna essencial para o sustento da família.

Dessa forma, o que se percebe é que, mesmo diante de elementos subjetivos que permeiam a relação dos sujeitos com o trabalho, impostas pela sociedade atual, há também fatores objetivos, como a necessidade da renda para manutenção familiar, que são decisivos para a permanência no trabalho durante a velhice.

Resultados e discussão

Os velhos participantes da pesquisa trouxeram em suas falas a importância dada ao trabalho por eles, e observou-se que essa relação resulta de uma trajetória de vida já marcada pela presença do labor e pela necessidade de garantir uma fonte de sustento, como podemos notar nos resultados obtidos.

Quando questionados sobre os principais motivos que ocasionavam a permanência no trabalho, 67% afirmaram que trabalhavam para se manter ativo, pela socialização que o trabalho proporcionava e por não gostarem de ficar em casa:

“É uma coisa feia... eu não me acostumo em casa nem meio dia, dia de domingo. Quando eu vou pra casa mais cedo, eu tomo banho, eu almoço, me deito, não durmo, os outros ficam tudo repousando lá, aí eu me levanto e me arrumo, vou pra casa das minhas irmãs lá no Santo Amaro, chego 10h da noite em casa e às vezes eu durmo lá. E... meu neto um dia desses disse: “vó, a senhora parece que não tem família...”. Eu não me acostumo dentro de casa, dou graças a Deus

quando amanhece o dia pra eu me arrumar, junto as folhinhas do quintal, por ali e ganho o mundo, só chego de noite. Passei a vida inteira fora de casa. Mas tudo tem dentro de casa, a casa é bem arrumadinha, meu genro cuida dela.” (Ana, 82 anos).

“Tem dias em que eu não vendo nada e ainda saio satisfeito. Eu fico conversando com o pessoal aqui...” (Antônio, 86 anos).

Observa-se que alguns discursos atribuíram ao trabalho um significado de atividade de lazer, na qual os velhos encontram prazer e ocupam o tempo livre. Isso está relacionado à centralidade que o trabalho ocupa na vida das pessoas no modo de produção capitalista, uma vez que, ao terem toda a trajetória de vida mediada pela relação com o trabalho, há uma dificuldade de construir uma identidade social fora do mesmo.

Por meio do trabalho, o homem estabelece planos, metas e aspirações, constrói seus laços afetivos, exerce sua criatividade, garante sua independência e expressa sua produtividade. Esses fatores influenciam na opção de permanecer ativo no mercado de trabalho mesmo após a aposentadoria (Baldissera, & Celich, 2010, p. 56).

A esse respeito, Antunes (2003) aborda a impossibilidade de um tempo livre repleto de sentido na sociabilidade do capital. As lutas das classes trabalhadoras pela diminuição da jornada de trabalho são históricas e essa redução do tempo dedicado à produção implica na forma como os indivíduos vivenciam o tempo livre e constroem projetos de vida.

Na sociedade capitalista, a opressão exercida na esfera do trabalho, que causa estranhamento no processo de produção, estende-se a outros espaços para além da atividade laborativa. Assim, o tempo livre, nessa forma de sociabilidade, é destinado ao aperfeiçoamento profissional, no qual os indivíduos buscam se aprimorar cada vez mais para competir no mercado de trabalho, ou ao consumo coisificado, sem sentido para as pessoas, mas que é benéfico para o capital (Antunes, 2003).

Marcada pela “falácia da qualidade total”, a produção de mercadorias busca aprimorar o supérfluo, a aparência dos produtos, de modo que, quanto mais o produto aparentar possuir uma qualidade total, menor deve ser o seu tempo de duração (Antunes, 2003). Assim, não interessa mais satisfazer as necessidades reais do

consumidor, mas criar novas necessidades que, diante da rapidez dos processos e dos avanços tecnológicos, faz com que os produtos adquiram uma forma fantasiosa e com o prazo de duração cada vez menor.

Nesse contexto, aqueles que se encontram excluídos do mundo do trabalho, como é o caso da população mais velha, não conseguem se perceber úteis para além da atividade laboral, imagem reforçada pelos mitos que permeiam o envelhecimento, tais como o da incapacidade de aprender e de que envelhecer é sinônimo de doença e decrepitude.

Outro ponto de destaque é a carga horária de trabalho, visto que 60% dos sujeitos trabalham mais de oito horas por dia, 10% trabalham oito horas diárias e 30%, menos de oito horas. Cabe destacar que todos trabalham sete dias por semana e apenas um tira férias anuais, geralmente no início do ano, quando o movimento de vendas no Mercado São Sebastião é menor. Quando questionados se tinham um período de descanso, a maioria referiu que apenas se afastava do trabalho por questões de saúde, como se pode observar nas seguintes falas:

“Não. Tiro nada. Minha vida é aqui, só vou pra casa me esconder pra dormir. Meu neto briga comigo porque precisa assistir televisão e eu fico é deitada. Se eu tô cansada, vou assistir televisão? Outra coisa, eu não gosto de televisão. Eu só vejo desgraça, é briga, é morte, tudo que não presta tem na televisão, eu vou lá assistir televisão! Novela é uma passagem que o pessoal faz pra distrair os bestas.” (Tereza, 75 anos).

“Não. Tirei férias só quando eu me operei.” (José, 82 anos).

“Não. Só tirei agora quando eu adoeci. Agora não, ano passado, né? Já foi no mês de setembro, que agora fez um ano.” (Carlos, 65 anos).

Importante destacar que, com a fragmentação e a despersonalização do trabalho, o trabalhador passou por um processo de empobrecimento cultural, pois o uso do tempo livre é fundamental para que o indivíduo constitua sua identidade para além do trabalho, através de atividades que o satisfaçam socialmente.

A questão principal é que o tempo valorizado na sociedade de consumo é o tempo de produção e aquisição de bens, não o tempo pessoal, o tempo para a convivência grupal, que seria o responsável, grosso modo, pelo “recarregamento psíquico” e identitário do trabalhador (Coutrim, 2010, p. 137).

Em outras palavras, ao valorizar somente o tempo destinado à produção, o lazer e o ócio acabam tendo um significado pejorativo, como se todos aqueles momentos dedicados à diversão ou ao descanso fossem perda de tempo, pois é um tempo que poderia ser investido no trabalho. Essa separação entre o trabalho e o lazer no tempo do capital fica bem evidente na fala de Antônio (75 anos), ao responder o que fazia para se divertir:

“Nada. Nem à praia eu não vou. Minha vida agora é só daqui pra casa. Eu nunca gostei de lazer, quando rapaz... Logo eu trabalhei em mercado, posso dizer que há 60 anos que trabalho aqui é direto. Nunca fui à praia nenhum dia.”

A partir disso, deriva a assimilação entre estar trabalhando e estar vivo ao falar sobre o significado da aposentadoria para os velhos, sendo a saída do trabalho associada a uma morte simbólica, ou seja, para muitos, “quando o cara para de trabalhar, a vida já era...” (Sebastião, 69 anos).

Segundo Peixoto (2004), o trabalho se faz como uma referência mais forte para a inserção na família e na sociedade para aqueles que iniciaram a atividade laborativa na infância ou na adolescência, pois desde cedo sua vida esteve vinculada a ele. Esses dados foram presentes na trajetória dos entrevistados, uma vez que 80% iniciaram sua vida profissional antes dos 15 anos e apenas 20% após os 20 anos.

Outro fator mencionado para a permanência no mercado de trabalho foi a necessidade de complementar a renda, devido principalmente à constante defasagem dos valores da aposentadoria e ao contexto de desemprego e subemprego vivenciado pelos familiares. Pode-se observar isso nas seguintes falas:

“Eu posso dizer que o maior motivo é o salário, né? Que não dá. Porque a gente era pra ter o direito, se fosse receber o salário justo, que eu pagava, era pra gente tá recebendo hoje mais de 10 mil. Mas

mesmo assim, a saúde também... Por que se eu parar, na minha idade, aí é que eu morro cedo, né?” (Regina, 82 anos).

“A importância do trabalho é eu ganhar, mandado por Deus, o suficiente pra dar pra todas as minhas despesas. O melhor, né? Ajudar os familiares.” (Vera, 73 anos).

A degradação das suas condições de vida os obriga, então, a retornar ao trabalho. Segundo Peixoto,

[...] Isso explica porque, para um bom número de brasileiros, a aposentadoria não significa o fim de uma atividade profissional e o início do uso do tempo livre. Ao contrário, ela é uma forma de reconversão, pois, no Brasil, a aposentadoria não representa uma ruptura definitiva com a vida ativa, uma vez que o benefício recebido não é suficiente para sobreviver (2014, p. 60).

A partir daí, o mercado de trabalho informal se torna uma alternativa para muitos, pois os que já trabalhavam na informalidade permanecem e os que trabalhavam com vínculo formal migram para o setor informal, seja devido à dificuldade de serem recontratados ou pela falta de interesse de trabalhar no setor formal, já que não terão direito a uma segunda aposentadoria.

Há uma visível desvalorização do velho no mercado formal, tendo em vista que as empresas optam por empregar os mais jovens, devido aos estereótipos relacionados à velhice, à maior agilidade e facilidade dos jovens em manusear as novas tecnologias, dentre outros fatores que dificultam o acesso dos longevos ao trabalho com vínculo formal. Com isso, percebe-se que, embora o Estatuto do Idoso vede qualquer discriminação ou fixação de idade máxima para admissão do empregado, exceto quando a natureza do cargo exigir, muitas empresas desconhecem ou ignoram isso, contribuindo para que as gerações mais velhas encontrem no mercado de trabalho informal maiores possibilidades de absorção.

Nesse quadro, compete também considerar que a inserção no mercado de trabalho informal pode se dar com maior facilidade por não exigir um nível de escolaridade elevado, sendo esta a condição da maioria dos entrevistados, visto que 70% possuem o ensino fundamental, 20% o ensino médio completo, 10% ensino superior completo e 10% não são escolarizados.

Entretanto, cabe ainda destacar que algumas empresas optam por empregar os velhos devido às vantagens do contrato, pois, ao não efetuarem a contratação formal de trabalho, não são obrigadas a custear encargos previdenciários e trabalhistas, bem como custear transporte para o deslocamento do trabalhador velho. Assim, muitas vezes sob a égide da autonomia na “terceira idade”, são criados programas que ofertam subempregos para essa parcela da população, divulgando-os como ação social da empresa (Peixoto, 2004).

Com relação à participação nas responsabilidades financeiras no núcleo familiar, 50% afirmaram que dividiam as despesas com cônjuges ou filhos, 30% são os únicos responsáveis, 10% são os maiores responsáveis e 10% afirmam não ter nenhuma participação.

Levando em consideração a diversidade de arranjos familiares encontrados durante a pesquisa, muitas vezes caracterizados pela permanência de filhos e netos coabitando na mesma residência, esses dados podem supor que a renda desses velhos é necessária para manter os grupos etários mais jovens, que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

Essa diversidade de arranjos familiares pode se dar de duas formas: pela coabitação permanente, que se refere àqueles filhos que nunca saíram da casa dos pais, ou pela recoabitação. A recoabitação é mais frequente no universo feminino, pois, com a viuvez, as velhas buscam evitar a solidão, optando por residir com os familiares, como filhos, irmãs ou outros parentes (Peixoto, 2004).

Porém, se é a velha que mora em casa própria, geralmente são os filhos que se mudam para a casa da mãe, com o intuito de fazer companhia ou prestar cuidados a elas. No universo masculino, essa situação se diferencia, pois, com a viuvez, geralmente o homem opta por morar só ou ter outro relacionamento amoroso. Além disso, com o divórcio, muitos filhos retornam para a casa dos pais em busca de apoio moral e financeiro para cuidar dos netos (Peixoto, 2004).

Na presente pesquisa, pode-se perceber que os sujeitos entrevistados exercem a função de chefes das famílias, aspecto constatado nos dados relativos à participação econômica no núcleo familiar, já citado anteriormente. Portanto, as famílias desses velhos podem ser definidas como *famílias de idosos*, sendo assim pertinente apontar esse conceito.

Nas *famílias com idosos*, os velhos moram na condição de parentes do chefe de família ou do cônjuge desse, por se encontrarem em situação de vulnerabilidade financeira ou física, sendo mais comum entre as mulheres de idade mais avançada (Camarano *et al*, 2004).

Nas *famílias de idosos*, os velhos são os chefes da família e possuem autonomia física, mental e financeira. Nessa configuração, prevalece o apoio financeiro de forma descendente, ou seja, a renda do velho é a principal na casa e garante o sustento dos mais jovens. Além disso, geralmente são formadas por velhos mais novos que garantem a renda através do trabalho (Camarano, *et al.*, 2004).

Ainda com relação à renda, observou-se uma autonomia sobre a forma de utilização do dinheiro proveniente do trabalho, pois apenas um participante declarou que a filha era responsável pela administração financeira, enquanto os demais entrevistados declararam que tinham total poder de decisão sobre como utilizar o seu dinheiro. Quando questionada se tinha participação financeira no núcleo familiar, Ana (82 anos) responde:

“Não. A luz, eles pagam, o mercantil, eles pagam... aí, quando eu recebo dinheiro, eu dou R\$200,00 a eles, que é pra mim não viver às custas deles. Às vezes eu dou um dinheiro pra comprar um leite, mas tudo tem em casa, porque a minha filha trabalha e meu filho, em cima, trabalha, cada qual tem sua vida. Minha neta, meu genro, marido da minha neta, trabalha, tudo trabalha. Aí meu dinheiro... eu não tenho dinheiro porque eu gasto, eu faço dele o que eu quero e dou aos outros, dou aos meus netos, dou presentes aos meus filhos...”

Cabe esclarecer que, apesar de afirmar não ter participação financeira na família, Ana é a proprietária da casa na qual reside com seus familiares. Destarte, as trocas intergeracionais presentes na contemporaneidade ultrapassam a questão financeira, pois, devido à instabilidade do mercado de trabalho, tornou-se mais difícil adquirir imóveis. Assim, é comum os velhos compartilharem sua moradia com filhos e netos. Como se pode observar em sua fala,

“A casa é minha, mas o meu filho [...] ele mora em cima, a minha neta, mora em cima também desse lado, e a dele desse lado, e eu moro em baixo. A casa é bem grande, eu moro com a minha filha, casada, com o meu genro e o neto, que estuda.”

Assim, as famílias vão se rearranjando em espaços que geralmente pertencem aos velhos. Destaca-se que, no presente estudo, todos os sujeitos se identificaram enquanto proprietários das suas casas.

Outro dado importante está relacionado ao aumento das *famílias de idosos*, que pode estar relacionado às melhores condições de vida dos velhos. A redução da condição de dependência e a melhoria financeira desse público estão associadas ao aumento da cobertura dos benefícios de proteção social e à condição de segurados da previdência social (Camarano, *et al.*, 2004).

Além do apoio financeiro, essas novas configurações familiares também se caracterizam pelos cuidados dispensados, tanto para os velhos quanto por parte deles com os netos. As relações intergeracionais possibilitam, além do apoio mútuo, a construção de histórias, aprendizados e afetos entre as gerações envolvidas, constituindo-se em um caminho para a desconstrução da imagem do velho como um peso para a família.

Sobre o acesso aos serviços de saúde, cabe resgatar que a Constituição Federal de 1988 representou um grande marco para as políticas sociais, dentre elas a Política de Saúde. Com o Projeto da Reforma Sanitária, conquistou-se o Sistema Único de Saúde, que traz como princípios a universalidade, equidade e integralidade dos serviços; porém, no atual contexto neoliberal, ocorre o que Boschetti (2009) denominou de desmonte da política de Seguridade Social¹, que se caracteriza pela desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente, fragilização dos espaços de participação e controle democrático e desvio dos recursos destinados a essa política.

Assim, diante da precarização dos serviços e da maior dificuldade para acessá-los, muitas pessoas recorrem aos convênios de saúde para tentar garantir o acesso ao atendimento quando necessitar. Ao serem questionados se utilizavam o plano privado de saúde ou o Sistema Único de Saúde, observou-se um dado curioso, pois 20% possuem plano de saúde, ao passo que 80% afirmaram não aderir a esse tipo de serviço devido ao alto valor cobrado pelas empresas. Porém, contraditoriamente, três desses afirmaram pagar planos privados para filhos e netos. Fato que se evidencia na fala abaixo:

¹ A Seguridade Social é formada pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

“Tenho não. Nem quero. Quando eu morrer, quem quiser que me enterre. Eu não cuidei de todo mundo? Eu trabalhei, dei casa pra morar, dei estudo, dei tudo, quando eu morrer se não quiserem me enterrar, que me deixem ai no meio da rua. [...] Eu pago as contas deles e não sei nem o que é. As minhas irmãs têm, eu tenho uma filha que eu criei, tem...” (Carlos, 65 anos).

Com a deficiência das políticas públicas, o cuidado com os familiares fica restrito à esfera privada, ocasionando o que Peixoto denomina de solidariedade familiar, que é “onde os apoios se efetuam em função da situação social dos doadores e recebedores” (2004, p. 74).

Contudo, é importante compreender que essa solidariedade não se dá sempre de forma espontânea para todas as famílias, podendo caracterizar também uma solidariedade imposta, seja por questões financeiras, físicas ou sociais. Essa convivência baseada na “obrigação” pode desencadear conflitos que possibilitarão o início de um quadro de violência contra o velho (Camarano, *et al.*, 2004).

Com relação à satisfação no trabalho, todos os entrevistados afirmaram estar completamente satisfeitos e, dentre os fatores citados, pode-se destacar a flexibilidade do horário e o fato de não serem subordinados a ninguém. Além disso, a idade foi um fator presente em vários discursos para justificar a ausência de interesse em mudar de ofício, como é caso de Ana que, ao ser questionada se mudaria de trabalho caso tivesse oportunidade, respondeu: *“Não, eu gosto daqui. E já tô velha, tô com 82 anos já. Eu fico aqui até quando eu puder andar”*.

Ao serem instigados se não haveria nada que eles gostariam de mudar no trabalho, alguns falaram sobre o tipo de produto vendido, a organização dos setores do Mercado São Sebastião e a localização do seu boxê.

É válido destacar que a satisfação em relação ao trabalho pode estar associada à infraestrutura do Mercado São Sebastião, pois apesar da longa jornada de trabalho e da ausência de direitos trabalhistas, esses velhos não estão expostos a condições insalubres, tais como não ter acesso livre ao banheiro e ficar expostos ao sol e à chuva, ao contrário dos vendedores informais que trabalham nas ruas das grandes cidades.

O trabalho, para esses velhos, continua ocupando um lugar central em suas vidas, diante de discursos que colocam a satisfação em permanecer exercendo uma atividade e usufruindo da socialização e da sensação de utilidade provocada por valores

presentes na atual sociedade, que preza pela produção. Entretanto, ao analisar o papel que esses longevos ocupam e sua importância financeira no núcleo familiar, o que se percebe é que, para além do gosto pelo que fazem, há uma necessidade de manter o sustento da família e a sua autonomia financeira, em um contexto marcado pela precarização das relações trabalhistas, e que coloca a renda da população envelhecida como essencial para a reprodução das famílias.

Considerações finais

Durante a trajetória da pesquisa, ao abordar questões relacionadas à satisfação e à importância do trabalho para os velhos, bem como aos arranjos familiares formados por eles, pode-se observar que há fatores subjetivos que permeiam a permanência deles no mercado de trabalho e que são inerentes ao processo de formação dos sujeitos na sociabilidade do capital.

A centralidade que o trabalho ocupa no modo de produção capitalista faz com que muitos dos entrevistados só consigam dar significados às suas vidas através da manutenção da sua relação com o trabalho, pois é nesse ambiente que constroem a sua identidade e estabelecem laços afetivos. Dessa forma, o trabalho passa a ser exercido como contraponto ao isolamento social que pode ser vivenciado no período da aposentadoria.

Nesse cenário, além da formação para o trabalho, há um redirecionamento do tempo que deveria ser destinado ao ócio, um tempo para buscar aperfeiçoamento profissional, incentivado pela alta concorrência no mercado de trabalho. Assim, internaliza-se o sentimento de utilidade associado à produção. Enquanto o indivíduo permanece ativo no local de trabalho, mantém-se o seu valor na sociedade capitalista.

Concomitante a isso, pode-se constatar que há questões objetivas que são decisivas para a permanência desses velhos no mercado de trabalho, como a questão financeira. O mercado de trabalho atual tem um cenário marcado pelo desemprego e pela precarização das relações trabalhistas; assim, torna-se mais difícil para os jovens atingir uma estabilidade financeira que possibilite o seu sustento e o de suas famílias. Nesse contexto, a renda do público longevo, proveniente de pensões, aposentadorias ou benefícios, torna-se a essencial no núcleo familiar.

Esse cenário revela uma maior formação de arranjos domiciliares multigeracionais configurados pela coabitação entre os velhos e os seus descendentes. Essa coabitação é marcada pela troca entre as gerações, pois ao mesmo tempo em que os filhos e netos podem auxiliar, cuidar e fazer companhia aos mais velhos, esses podem prover os cuidados com os netos e contribuir financeiramente para a manutenção dessa família.

Esses arranjos estão se tornando cada vez mais frequentes; entretanto, a renda do velho proveniente da aposentadoria, pensão ou benefícios vai se defasando ao longo dos anos e se torna insuficiente para prover as suas necessidades e dos seus familiares, o que ocasiona, em muitas situações, a manutenção dele no mercado de trabalho ou seu retorno às atividades profissionais.

É importante considerar que essa é a realidade presente no contexto desses sujeitos investigados. Todavia, diante do processo de envelhecimento daqueles que fazem parte de uma classe social mais abastada, a relação com o trabalho na velhice pode ser caracterizada de outra forma, compreendendo que, em consequência de uma boa condição financeira, podem gozar do período da aposentadoria como um momento de descanso.

Esta pesquisa tem sua importância relacionada à necessidade de reflexão acerca da sociabilidade em que os indivíduos estão inseridos, na qual há uma apropriação do tempo de vida dos sujeitos, buscando a sua constante reprodução em detrimento do desenvolvimento e real satisfação pessoal.

Além disso, diante do crescente envelhecimento populacional em um contexto de precarização das relações trabalhistas, é essencial que se conheça como vivem hoje os velhos que estão inseridos no mercado de trabalho informal, para que se possam criar políticas públicas que venham a atender essa demanda.

Referências

Alencar, K., & Bezerra, M. (2014). *Tradição Culinária: Mercado São Sebastião*. Recuperado em 10 outubro, 2014, de: <http://pesquisasaosebasti.wix.com/mercadosaosebastiao>.

Antunes, R. (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. (6ª ed.). São Paulo, SP: Boitempo.

- Baldissera, M., & Celich, K. L. S. (2010). Trabalho após a aposentadoria: influência na qualidade de vida do idoso. São Paulo: SESC-Geti: *Revista A Terceira Idade*, 21(49), 55-66. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/6412_trabalho+apos+a+aposentadoria+influencia+na+qualidade+de+vida+do+idoso.
- Boschetti, I. (2009). A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS; ABEPSS (Org.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*, 9(1), 323-340. Brasília, DF: CFESS. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: www.unirio.br/...servico-social...servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissio...
- Brasil. (2003). Lei federal n.º 10.741/2003. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF.
- Camarano, A. M., et al. (2004). Família: espaço de compartilhamentos de recursos e vulnerabilidades. In: Camarano, A. M. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA.
- Ceolin, G. F. (2014). Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, 118. São Paulo, SP. Recuperado em 16 dezembro, 2014, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820140002&lng=pt&nrm=is.
- Coutrim, R. M. da E. (2010). *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte*. São Paulo, SP: Annablume.
- Debert, G. G. (1999). *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, SP: Edusp.
- Manzini, E. J. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: Marquezzine, M. C., Almeida, M. A., & Omote, S. (Orgs.). *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina, PR: Eduel.
- Medeiros, S. A. R. (2006). O lugar do velho no contexto familiar. In: Goldman, S. N., et al. (Org.). *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. (2ª ed.). Holambra, SP: Editora Setembro.
- Melo, N. A. de. (2008). Reestruturação Capitalista e a Base Produtiva de Presidente Prudente: Fordismo, Taylorismo e Acumulação Flexível e as relações com a empregabilidade dos trabalhadores. In: *Geografia em Atos*, 8(2). Presidente Prudente, SP: UNESP. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/download/260/melon8v2II.
- Minayo, M. C. de S. (1996). *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. (4ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec-Abrasco.
- Nogueira, I. R. R. (2013). Aposentadoria e perdas simbólicas: reflexões sobre trabalho e finitude na sociedade capitalista. In: Escudeiro, A. (Org.). *Nossa morte de cada dia*. Blumenau, SC.
- Pacheco, J. L. (2006). Trabalho e aposentadoria. In: Goldman, S. N., et al. (Org.). *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicossociais*. (2ª ed.). Holambra, SP: Editora Setembro.

Peixoto, C. (2007). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade... *In*: Barros, L, & Moraes, M. (Orgs.). *Velhice ou terceira idade?* (4^a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Pochamann, M., & Singer, P. (2001). *Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. (23^a ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Recebido em 06/06/2018

Aceito em 30/09/2018

Maria Goretti de Almeida Pontes - Assistente Social, especialista em Envelhecimento pela Universidade Federal de São Paulo.

E-mail: almeida-mg@hotmail.com

Ingrid Rochelle Rêgo Nogueira - Assistente Social, especialista em Saúde Pública com ênfase em Saúde da Família, especialista em gerontologia titulada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia e especialista em Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.

E-mail: ingridrochelle@yahoo.com.br